

## O papel das ONGs diante da crise migratória venezuelana: Um estudo crítico

 <https://doi.org/10.56238/sevened2023.002-005>

### Telmo Santiago Borges

Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN (2005). Pós-graduado em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2014). Pós-graduado em Comunicação Social pelo Centro de Estudos de Pessoal (2022). Atualmente é aluno de mestrado em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8217-5355>

### Tigernaque Pergentino de Sant'ana Junior

Tigernaque Pergentino de Sant'ana Junior – Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN (2001). Especializado em Operações na Selva pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (2003). Pós-graduado em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2010). Pós-graduado em Coordenação Pedagógica pelo Centro de Estudos de Pessoal (2018). Mestre em Humanidades em Ciências Militares pelo Centro de Estudos de Pessoal (2021). Atualmente é aluno de doutorado em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1873-4021>

---

### RESUMO

Este artigo apresenta uma análise do papel das agências internacionais OIM e ACNUR na Operação Acolhida, criada pelo Brasil para receber imigrantes venezuelanos em Roraima. A Operação Acolhida tem como principal objetivo mitigar os efeitos do fluxo migratório da Venezuela, que enfrenta uma crise política, econômica e social. Para colocar em prática o planejamento e execução da operação, foi concebida a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), que contou com o assessoramento contínuo e oportuno de um estado-maior conjunto composto por integrantes do Exército, Marinha e Força Aérea Brasileira. Organizações internacionais, como a OIM e o ACNUR, aumentaram sua presença no estado de Roraima para atender às necessidades dos migrantes venezuelanos que chegam ao país. O estudo tem como objetivo compreender o trabalho dessas agências internacionais no contexto da Operação Acolhida, por meio de uma metodologia qualitativa baseada em revisão documental e bibliográfica. O estudo apresenta uma contextualização histórica das trajetórias da OIM e do ACNUR e analisa o papel dessas organizações no contexto da Operação Acolhida por meio de uma análise crítica. A pesquisa contribui para o avanço do conhecimento acadêmico na área e é de grande relevância para a comunidade acadêmica e os atores envolvidos na resposta humanitária.

**Palavras-chave:** Migração, Operação Acolhida, ACNUR, OIM.



## 1 INTRODUÇÃO

Devido à crise política, econômica e social que a Venezuela enfrenta atualmente, o país está passando por um grande fluxo migratório. Com uma fronteira de aproximadamente 1.486km com a nação vizinha, o Brasil tornou-se uma opção viável para aqueles que buscam escapar dessa crise. Para mitigar os efeitos desse processo migratório na região norte do país, o Estado brasileiro tem empregado múltiplos atores e implementado ações governamentais.(Cruz 2020)

Através da diretriz ministerial de nº 3, de 28 de fevereiro de 2018, expedida pelo ministro da Defesa, foi criada a Operação Acolhida, com a finalidade de realizar o acolhimento humanitário de imigrantes venezuelanos no Estado de Roraima. Para colocar em prática o planejamento e a execução da operação, foi concebida a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), que se propôs a garantir o assessoramento contínuo e oportuno ao coordenador operacional da força-tarefa, por meio de um estado-maior conjunto composto por integrantes do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira.

Esse estado-maior é responsável por unir os esforços dos governos federal, estadual e municipal no que diz respeito às medidas de assistência emergencial para acolher os cidadãos venezuelanos e pela interação com outras agências internacionais e organizações da sociedade civil. (Mattos *et al.* 2021)

Além disso, organizações internacionais de destaque, como a Organização Internacional para Migrações (OIM), referência global na promoção de uma migração humana e ordenada, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), líder mundial na proteção e assistência a refugiados, deslocados e apátridas em todo o mundo, aumentaram sua presença no estado de Roraima para atender às necessidades dos migrantes venezuelanos que chegam ao país. Essas organizações utilizam seus recursos para melhorar a preparação e fortalecer a capacidade de resposta a essa nova situação.(Sanjurjo 2023)

Diante desse cenário de cooperação entre agências nacionais e internacionais, civis e militares, todos com o objetivo de melhor acolher o povo venezuelano em território brasileiro, surge a seguinte questão de pesquisa: qual é o papel das principais agências internacionais diante da crise migratória venezuelana? O objetivo deste estudo é compreender o trabalho da OIM e da ACNUR no contexto da Operação Acolhida.

Com o objetivo de atingir tal meta, este estudo começa com a primeira seção que apresenta o surgimento e desenvolvimento das organizações internacionais, incluindo principais conceitos, teorias, definições e classificações. Nas seções dois e três, fornecemos uma breve contextualização histórica das trajetórias da OIM e do ACNUR, respectivamente, desde o século XX até os dias atuais. Nas seções 4 e 5, apresentamos e analisamos o papel das organizações internacionais em todas as fases da Operação Acolhida, seguidas de uma conclusão em que resumimos e destacamos claramente os



principais resultados e contribuições deste estudo, incluindo suas principais descobertas, limitações e sugestões para trabalhos futuros.

A metodologia adotada neste estudo será de natureza exploratória e qualitativa, com o objetivo de compreender criticamente a atuação da OIM e da ANCUR na Operação Acolhida. Para isso, utilizaremos estratégias como descrição, análise e interpretação, a partir de uma revisão documental e bibliográfica. Essa escolha metodológica permite uma análise detalhada das informações obtidas, buscando entender as nuances e complexidades da atuação dessas organizações internacionais de forma crítica. Além disso, essa abordagem permite uma compreensão mais abrangente e aprofundada dos fenômenos estudados, contribuindo para o avanço do conhecimento acadêmico na área.

O presente estudo sobre a atuação da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) na Operação Acolhida é de grande relevância por diversas razões.

Primeiramente, o contexto da migração venezuelana para o Brasil tem sido uma das maiores crises migratórias da atualidade, e a Operação Acolhida é uma resposta humanitária que envolve diversas agências internacionais. Nesse sentido, entender como essas agências têm atuado e colaborado entre si é de grande importância para a comunidade acadêmica e para os atores envolvidos na resposta humanitária.

Além disso, a pesquisa pode contribuir para o avanço do conhecimento sobre a atuação das organizações internacionais em situações de crise migratória e para aprimorar as estratégias de resposta humanitária para o futuro. O estudo é direcionado a estudantes, professores, pesquisadores e profissionais interessados em questões humanitárias e de migração forçada. Por fim, a escolha da OIM e do ACNUR como objeto de estudo foi baseada em sua relevância e papel na Operação Acolhida, bem como em suas histórias e mandatos específicos, além do protagonismo nas ações envolvendo os migrantes venezuelanos.

## 2 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

As organizações internacionais são criadas por Estados que se unem de forma voluntária para buscar interesses comuns por meio de cooperação contínua. A formação dessas organizações é estabelecida por meio de tratados, e seus membros mantêm uma relação de sociedade. Conforme o artigo 2º, § 6º, da Carta das Nações Unidas, a participação nessas organizações é voluntária, o que implica que a ONU não tem o poder de impor sua autoridade sobre Estados que optem por não fazer parte dela.<sup>1</sup> (Seitenfus 2012)

---

<sup>1</sup> Essa vertente no Direito Internacional é conhecida como caráter voluntarista, que estabelece que os Estados são soberanos até mesmo para impor limitações à sua própria atuação. A respeito de voluntarismo e fundamentos do Direito Internacional Público, ver mais em MAZZUOLI, 2021.

O século XX foi marcado por eventos que causaram grandes impactos na política internacional e na segurança global, como as duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria. Esses acontecimentos revelaram a necessidade de uma maior cooperação e coordenação entre os países para a prevenção de conflitos e para a promoção da paz e da segurança. A partir disso, muitos líderes mundiais começaram a buscar formas de estabelecer mecanismos de cooperação internacional para lidar com questões globais e regionais, tais como o comércio, o meio ambiente, a saúde, a educação, a segurança alimentar, a migração, os direitos humanos, dentre outros. (Macedo and Pereira 2007)

As organizações têm um papel cada vez mais importante na política internacional, atuando em diversas áreas como comércio, meio ambiente, saúde, direitos humanos, desenvolvimento e paz. Elas são compostas por diferentes atores, como Estados, organizações da sociedade civil, empresas, agências da ONU e outras entidades, que trabalham juntos para alcançar objetivos comuns e têm a capacidade de fornecer soluções coletivas para problemas globais, bem como estabelecer normas e padrões internacionais que podem ser aplicados em todo o mundo. As organizações internacionais podem ser divididas em dois grupos de acordo com o estado de envolvimento governamental: Organizações Intergovernamentais (OIGs) e organizações não governamentais internacionais (ONGIs).

Essas organizações podem ter diferentes graus de eficácia e eficiência em suas operações, devido a desafios como a falta de recursos financeiros, a falta de apoio político e a falta de coordenação entre os membros. Apesar disso, elas ainda são essenciais para o funcionamento do sistema internacional e para a busca de soluções para os desafios globais. (Barth 2012)

As redes de "comunidades epistêmicas" transnacionais se expandiram e resultaram na institucionalização e desenvolvimento de dezenas de OIGs e ONGIs que se tornaram atores vitais na diplomacia, política externa, comércio, tecnologia e transporte. Antes da Primeira Guerra Mundial, as OIGs eram notoriamente eurocêntricas, enquanto as atividades de muitas ONGIs, principalmente em iniciativas de paz, eram mais voltadas para o futuro, com perfis mais visionários do que deliberadamente pragmáticos. (Barth 2012)

Ainda segundo esse autor, apesar da violência e brutalidade dos conflitos, o intercâmbio internacional não foi totalmente interrompido. Na verdade, a necessidade vital da cooperação internacional para a manutenção da paz e a resolução de conflitos ficou ainda mais evidente. O intercâmbio cultural e intelectual foi uma das principais áreas de atividade das ONGIs no período entre guerras. Em 1922, o Comitê para a Cooperação Intelectual foi estabelecido em Genebra e, em 1926, o Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual foi fundado em Paris, a partir da criação dessas estruturas, as ONGIs tornaram-se atores internacionais legítimos em nível estadual. A Bélgica tornou-se o primeiro Estado a reconhecer legalmente as organizações internacionais em 1919.

No âmbito das negociações de paz de Versalhes, firmado após a Primeira Guerra Mundial, formou-se uma comissão que elaborou as linhas gerais da organização que se tornaria a Liga das Nações, essa Liga fazia parte do Tratado de Paz de Versalhes e foi fundada em 10 de janeiro de 1920, após a ratificação do Tratado pelos estados individuais. Em seu primeiro ano, contou com 32 estados-membros, dos quais mais de dois terços eram não europeus. A tarefa básica da Liga das Nações era manter a ordem internacional tal como havia sido estabelecida em Versalhes.

Além da Assembléia Geral e de um secretariado permanente com sede em Genebra, o Conselho de Segurança foi um de seus principais instrumentos. Possuía quatro grandes potências com assentos permanentes (Grã-Bretanha, França, Itália, Japão) além de membros não-permanentes cujo número mudou com o tempo. (Reinalda and Bob 2013)

Para esses mesmos autores, a Liga conseguiu algum sucesso durante a década de 1920, como: organizou plebiscitos na Silésia (1921) e na região do Sarre (1935); resolveu conflitos fronteiriços entre a Polônia e a Lituânia, a Finlândia e a Rússia, bem como entre a Bulgária e a Grécia; garantiu a integridade territorial da Albânia em relação à Itália, Grécia e Iugoslávia; e administrou as ex-colônias alemãs sob o sistema de mandato, além de fornecer orientações importantes para lidar com os refugiados e a proteção das minorias.

Por outro lado, a Liga não conseguiu cumprir as grandes expectativas depositadas nela, em particular sua incapacidade de prevenir conflitos armados. Ela não tomou medidas quando o Japão, membro do Conselho de Segurança, atacou a Manchúria em 1931, e não ofereceu resistência suficiente à Guerra Civil Espanhola em 1937, bem como às numerosas violações de tratados cometidas pela Alemanha nazista.

O primeiro ataque armado de um membro da Liga contra outro, ocorreu quando a Itália invadiu a Etiópia em 1934/1935, em seguida a URSS que ingressou na Liga das Nações logo após a retirada alemã em 1933, tornou-se o único estado a ser expulso da Liga depois do ataque à Finlândia em 1940. No período entre guerras, a importância das OIGs e ONGs aumentou em relação ao seu número, sua influência e suas áreas de responsabilidade. No entanto, nos anos anteriores a 1939, eles foram tão incapazes quanto antes da Primeira Guerra Mundial de resolver as crises internacionais que se transformaram em uma guerra mundial. (Reinalda and Bob 2013)

Os horrores da Segunda Guerra Mundial apenas tornaram mais óbvia a necessidade de cooperação internacional, além de tirar como lição fundamental do período entre guerras, a aceitação do fato de que a segurança internacional também se baseava na cooperação econômica e social sustentável. (Seitenfus 2012)

Em 14 de agosto de 1941, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill e o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, concordaram com a Carta do Atlântico e as ações de

Roosevelt anteciparam o esboço básico da subsequente Carta da ONU. O acordo de 26 nações para a Carta do Atlântico foi um passo significativo para a ordem internacional do pós-guerra.

A Segunda Guerra Mundial foi caracterizada, a partir de julho de 1944, por um volume sem precedentes de planos e propostas de agências internacionais do pós-guerra. O estabelecimento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o eventual Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) lançaram as bases para a ordem econômica internacional, após a guerra, participar da construção de um sistema internacional.

Suas negociações começaram já em novembro de 1943 em Moscou. A ordem do pós-guerra sob os auspícios de uma OIG com participação global foi mais elaborada nas conferências em Dumbarton Oaks (agosto a outubro de 1944) e Yalta (fevereiro de 1945). (Seitenfus 2012)

Em 26 de junho de 1945, 51 estados, dos quais apenas 1/5 eram europeus, assinaram a Carta das Nações Unidas, sucessora da Liga das Nações. Os Estados Unidos foram o primeiro país a ratificar a carta em 28 de julho de 1945. Assim como a Liga das Nações, várias organizações internacionais influentes pertenceram à OIG das Nações Unidas, como a Corte Internacional de Justiça, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Internacional do Trabalho.

Após a sua contextualização histórica, é possível definir as OIGs como não apenas organizações internacionais, mas sim as organizações intergovernamentais, que surgem por meio de organizações formais de acordos entre Estados, onde eles são os elementos fundamentais de todas as OIGs. (Seitenfus 2012)

As características das OIGs incluem regular assembleias gerais e sessões plenárias, um secretariado permanente e uma sede identificável. Essas organizações são geralmente chefiadas por líderes, cujos cargos podem variar consideravelmente (Secretário-Geral das Nações Unidas, Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, Presidente do Banco Mundial, Diretor do Fundo Monetário Internacional, etc.).

Além disso, é importante destacar que as organizações internacionais possuem personalidade jurídica própria, o que as coloca como sujeitos do direito internacional público. Isso significa que elas têm a capacidade de celebrar tratados, contratar funcionários, adquirir propriedades e exercer outros direitos que lhes são concedidos pelo direito internacional. Essa personalidade jurídica é garantida por meio de tratados e acordos internacionais, bem como pelas normas do direito internacional público. Dessa forma, as organizações internacionais são reconhecidas como entidades com direitos e obrigações próprios, que podem ser responsabilizadas em caso de descumprimento de suas obrigações no âmbito internacional. (Mello 2009)

O termo "organização internacional", no entanto, vai além das várias formas de cooperação intergovernamental, também faz parte dela, formas organizacionais privadas de grupos e associações transnacionais, essas redes privadas transnacionais são chamadas ONGIs. (Herz and Hoffman 2004)



Isso inclui, primeiramente, qualquer organização internacional que não seja estabelecida por um acordo entre governos, as ONGIs podem, portanto, ser definidas como organizações voluntárias, não governamentais, sem fins lucrativos, não religiosas e sem organizações militares.

Visam a busca de objetivos políticos, sociais, econômicos e outros, não dependem de partidos políticos e instrumentos de Estado, para dessa maneira, assumir compromisso com objetivos altruístas, ou seja, aqueles que excedem os interesses particulares da organização. As ONGIs são baseadas em um "tipo especial de autoridade" que requer nenhuma legitimação de um órgão externo e é baseada em metas e conhecimentos autodefinidos. (Herz and Hoffman 2004)

Cabe ressaltar que as OIGs e ONGIs nem sempre são claramente distinguidas, pois ambas são caracterizadas por reuniões regulares de membros representativos, procedimentos específicos de tomada de decisão e pela existência de um secretariado permanente. Os Estados frequentemente enviam representantes oficiais para ONGIs e vice-versa, assim como várias OIGs aceitam atores e associações privadas. Nesse contexto, as ONGIs nunca estão completamente livres da influência do governo, já que suas atividades são exercidas no âmbito de uma estrutura legal governamental legítima, em muitos casos, elas atuam em áreas que são reguladas pelo Estado. (Herz and Hoffman 2004)

Nesse contexto, ONGIs como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), ambas atuando na Operação Acolhida em Roraima, mesmo possuindo normas e procedimentos consolidados, foi necessário realizar ajustes e adaptações, em razão das leis próprias do Brasil sobre o assunto.

### **3 A OIM E SUA HISTÓRIA**

A OIM, ou como era inicialmente conhecida, o Comitê Intergovernamental Provisório para o Movimento de Migrantes da Europa (PICMME), nasceu em 1951 do deslocamento da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Mandatado para ajudar os governos europeus a identificar países de reassentamento para os cerca de 11 milhões de pessoas desenraizadas pela guerra, providenciou transporte para quase um milhão de migrantes durante a década de 1950. (IOM 2023)

Uma sucessão de mudanças de nome de PICMME para Comitê Intergovernamental para Migração Européia (ICEM) em 1952, para Comitê Intergovernamental para Migração (ICM) em 1980 para Organização Internacional para Migração (IOM) em 1989, reflete a transição da organização ao longo de meio século de agência de logística para agência de migração.

Enquanto a história da OIM rastreia os desastres naturais provocados pelo homem no último meio século, com na Hungria em 1956, Tchecoslováquia em 1968, Chile em 1973, Vietnã em 1975, Kuwait em 1990, Kosovo e Timor em 1999, e o tsunami na Ásia e terremoto no Paquistão em 2004/2005, a crença de que a migração humana e ordenada beneficia os migrantes e a sociedade gerou a aceitação internacional. (IOM 2023)



Desde suas raízes como uma agência de logística operacional, ampliou seu escopo para se tornar a principal agência internacional trabalhando com governos e sociedade civil para avançar na compreensão das questões de migração, incentivar o desenvolvimento social e econômico por meio da migração e defender a dignidade humana e bem-estar dos migrantes.

Como "Agência de Migração", a OIM se tornou o ponto de referência no acalorado debate global sobre as implicações sociais, econômicas e políticas da migração no século XXI (IOM 2023).

A OIM, nos mais de 70 anos de história, contribuiu com o desenvolvimento social e econômico por meio da migração e defendendo a dignidade e o bem-estar dos migrantes. Para confirmar essa trajetória, segue abaixo a linha do tempo da organização:

Em 1951, por iniciativa da Bélgica e dos Estados Unidos, foi convocada em Bruxelas uma Conferência Internacional sobre Migração, resultando na criação do Comitê Intergovernamental Provisório para os Movimentos de Migrantes da Europa (PICMME). O PICMME torna-se rapidamente o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (ICEM).

Já em 1956 e 1957 o ICEM assumiu a responsabilidade pelo reassentamento de cerca de 180.000 refugiados húngaros que fugiram para a Áustria e a Iugoslávia. E no mesmo período, o ICEM organiza o processamento e a emigração de mais de 406.000 refugiados, deslocados e migrantes econômicos da Europa para países estrangeiros. (IOM 2023)

Na década seguinte, em 1964, o ICEM iniciou Programas de Migração para o Desenvolvimento voltados para o recrutamento e colocação de migrantes altamente qualificados em países em desenvolvimento na América Latina. Em 1968, o ICEM organiza o reassentamento de 40.000 refugiados tchecoslovacos da Áustria, totalizando na década de sessenta, 1 milhão de migrantes atendidos diretamente pelo ICEM.

Em 1974, o ICEM promoveu um fórum de discussão internacional e troca de experiências entre governos e outras organizações sobre questões de migração. No mesmo ano, lança o Programa de Retorno de Talentos para latino-americanos residentes no exterior e meses depois, o comitê inicia um programa de reassentamento para refugiados indo-chineses e pessoas deslocadas. (IOM 2023)

Nos anos 80, o Conselho do ICEM mudou o nome da Organização para Comitê Intergovernamental para Migração (ICM) em reconhecimento ao seu crescente papel global, haja vista os 3 milhões de migrantes atendidos diretamente pelo ICM. Em 1983, a ICM estende o Programa de Migração para o Desenvolvimento a cidadãos qualificados de países africanos. Dois anos depois, os Programas de Migração para o Desenvolvimento são estendidos à Ásia, totalizando 4 milhões de migrantes atendidos diretamente pelo ICM. Vale destacar, que desde 1975, um milhão de refugiados indo-chineses foram assistidos, assim no final da década de 80, a ICM recebe o seu atual nome, Organização Internacional para as Migrações (OIM), após a emenda e ratificação da Constituição de 1953.



Após a invasão do Kuwait pelo Iraque, a partir de 1990, a OIM repatria migrantes retidos no Oriente Médio. De setembro de 1990 a janeiro de 1991, a OIM devolveu 165.000 pessoas ao Egito e a vários países da Ásia, nesse período já eram 5 milhões de migrantes atendidos diretamente pela OIM. (OIM 2023)

Em 1991 e 1992 a OIM auxiliou no retorno de cerca de 800.000 curdos iraquianos deslocados e forneceu apoio logístico e assistência médica às populações deslocadas na ex-Iugoslávia. Além de iniciar o Programa de Emergência Iugoslava (YEP), para evacuação e reunificação familiar de pessoas deslocadas da ex-Iugoslávia, que ao longo dos oito anos seguintes, atendeu mais de 130.000 pessoas.

Através da evacuação das populações curdas do norte do Iraque, em pouco mais de três meses, 6.000 pessoas foram reassentadas nos Estados Unidos. No mesmo período na Europa, a OIM ajudou mais de 190.000 refugiados bósnios a voltar para casa, atingindo a surpreendente marca de 10 milhões de migrantes atendidos pela Organização.

Em 1998, a organização ofereceu assistência em abrigos para hondurenhos desabrigados pelo furacão Mitch e um ano depois, organizou o Programa de Evacuação Humanitária transportando cerca de 80.000 refugiados kosovares da ex-República Iugoslava da Macedônia para mais de 30 países anfitriões. No segundo semestre de 1999, a OIM começa a devolver os kosovares para casa. (OIM 2023)

Já nos anos 2000, à medida que o Timor-Leste se estabiliza, após o voto popular pela sua independência, a OIM organizou o retorno de cerca de 140.000 refugiados por mar, terra e ar. Um ano depois, durante um período de seis meses, a ONG ajudou a repatriar 25.000 refugiados de Serra Leoa na Guiné, que fugiram de conflitos, alimentados pela venda de diamantes de sangue em Serra Leoa e na Libéria.

Durante a tragédia gerada pelo tsunami em dezembro de 2004 no Oceano Índico, a OIM lançou sua maior resposta de emergência na Indonésia, Sri Lanka e Tailândia. E em 2010, em resposta ao terremoto de magnitude 7,0 no Haiti, a organização se uniu à comunidade internacional para fornecer abrigo e assistência humanitária, expandindo posteriormente sua missão para ajudar a combater a propagação da cólera no país.

Em 2011, foi realizada a evacuação mais de 200.000 trabalhadores migrantes africanos e asiáticos vulneráveis retidos no Oriente Médio, enquanto um aumento da violência, após a Primavera Árabe, leva à queda dos regimes no Egito e na Líbia. Em 2013, a OIM participou em um total de 18 processos consultivos regionais sobre migração global, para promover a cooperação entre os estados membros. (IOM 2023)

Em junho de 2016, o Conselho Especial da OIM, composto pelo seus Estados Membros, endossaram o movimento para ingressar nas Nações Unidas e em setembro do mesmo ano, é firmado esse acordo entre a OIM e a ONU. E um ano depois, a OIM liderou a resposta humanitária entre



agências em Cox's Bazar, Bangladesh, para onde mais de 700.000 refugiados rohingya que fugiram para escapar da violência em Mianmar.

Em 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas endossou o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM), o primeiro acordo global da ONU sobre uma abordagem comum para a migração internacional em todas as suas dimensões. A OIM assumiu o papel de coordenadora da Rede das Nações Unidas sobre Migração, criada para apoiar a implementação, acompanhamento e revisão do GCM.

Em 2019, a OIM, o ACNUR e a Comissão Europeia organizaram uma Conferência Internacional de Solidariedade para mobilizar apoio e atender as necessidades de cerca de 4,5 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos que deixaram seu país como resultado da turbulência política, instabilidade socioeconômica e crise humanitária. (OIM 2023)

Em contrapartida, é importante destacar as reclamações existentes de ONGs sobre o trabalho da OIM. Primeiramente pela questão do mandato, pois a OIM não possui mandato de proteção, ela é definida como todas as atividades destinadas a obter o pleno respeito dos direitos do indivíduo de acordo com o espírito das leis relevantes. (Georgi and Schatral 2011)

Ao contrário do ACNUR, por exemplo, a OIM não é mandatada nem obrigada por um tratado de direito internacional como a Convenção de Genebra sobre Refugiados, a proteger os direitos das pessoas com quem trabalha. (IML/LAD 2007)

Em consequência disso, como a OIM carece da autoridade e independência que um mandato de proteção do direito internacional lhe daria, a OIM atende principalmente aos interesses e desejos de seus doadores e governos dos estados membros. A OIM é frequentemente retratada e criticada como uma agência dirigida por doadores, para a qual o valor monetário de um projeto tende a suplantar a ética ou considerações políticas. Uma razão para esta dependência de doadores é que a OIM arrecada cerca de 96% de seu orçamento geral por meio de projetos e doações, principalmente temporários, financiados por estados membros ou outras organizações intergovernamentais (IGOs). (ICVA 2004)

Assim, a Organização Internacional para as Migrações desempenha um papel crucial na prestação de assistência e na promoção do bem-estar dos migrantes há mais de 70 anos. No entanto, é evidente que sua dependência da aquisição de novos projetos e doadores resulta em uma competição significativa com as ONGs, suscitando questionamentos sobre sua verdadeira preocupação com a defesa da dignidade humana e o bem-estar dos migrantes.

#### **4 O ACNUR E SUA HISTÓRIA**

O ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, foi criado em dezembro de 1950 por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Iniciou suas atividades em janeiro de 1951, com um mandato inicial de três anos para reassentar refugiados europeus que estavam sem lar



após a Segunda Guerra Mundial. Seu trabalho tem como base a Convenção de 1951 da ONU sobre Refugiados.

O Protocolo de 1967 reformulou a Convenção de 1951 e expandiu o mandato do ACNUR para além das fronteiras europeias e das pessoas afetadas pela Segunda Guerra Mundial. Em 1995, a Assembleia Geral designou o ACNUR como responsável pela proteção e assistência dos apátridas em todo o mundo. E em 2003, foi abolida a cláusula que obrigava a renovação do mandato do ACNUR a cada três anos. (ACNUR 2023)

Nas últimas décadas, os deslocamentos forçados atingiram níveis sem precedência, estatísticas recentes revelam que mais de 67 milhões de pessoas no mundo deixaram seus locais de origem por causa de conflitos, perseguições e graves violações de direitos humanos. Entre elas, aproximadamente 22 milhões cruzaram uma fronteira internacional em busca de proteção e foram reconhecidas como refugiadas. A população de apátridas (pessoas sem vínculo formal com qualquer país) é estimada em 10 milhões de pessoas.

O ACNUR já auxiliou dezenas de milhões de pessoas a recomeçarem suas vidas, por seu trabalho humanitário, recebeu duas vezes o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). Atualmente, a agência conta com quase 12 mil funcionários e está presente em cerca de 130 países com mais de 460 escritórios, através de parcerias com centenas de organizações não governamentais, o ACNUR presta assistência e proteção a mais de 67 milhões de homens, mulheres e crianças. A agência se mantém por meio de contribuições voluntárias de países, além de doações arrecadadas junto ao setor privado e a doadores individuais, seu orçamento anual ultrapassa os US\$ 7,5 bilhões. (ACNUR 2023)

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados tem mais de 70 anos de existência e, durante todo esse tempo, tem cumprido sua missão de fornecer assistência e proteção aos refugiados em todo o mundo. Para ratificar essa trajetória, segue abaixo sua linha do tempo:

Em 1951, a missão inaugural do ACNUR foi auxiliar cerca de um milhão de civis, majoritariamente europeus e incluindo refugiados em um campo na Alemanha, que permaneciam desalojados após a Segunda Guerra Mundial. Sua predecessora, a Organização Internacional de Refugiados, ajudou um milhão de pessoas, incluindo europeus, de campos na Alemanha, Áustria e Itália a se reinstalarem em outros países, especialmente nos Estados Unidos.

Quando a revolta húngara eclodiu em 1956, o ACNUR enfrentou sua primeira emergência pós-guerra, organizando a ajuda para mais de 200 mil pessoas que fugiram daquele país, algumas das quais permaneceram na Áustria, onde a agência financiou projetos habitacionais.

Na África, a primeira crise moderna de refugiados ocorreu no final da década de 1950, durante a luta pela independência da Argélia contra a França. A agência prestou assistência a 200 mil refugiados que fugiram para países vizinhos.



Após o fim do colonialismo, surgiram conflitos em muitas partes da África na década de 1960, incluindo Ruanda, onde a agência foi chamada a intervir mais uma vez. Em operações de maior sucesso da década de 1960, a agência trabalhou na integração rural de refugiados em países de asilo.

A fuga de refugiados vietnamitas começou após a queda de Saigon para as forças do Vietnã do Norte em 1975. Estima-se que três milhões, incluindo os "boat people" vietnamitas que chegaram à Malásia em 1978, fugiram após os vários conflitos na Indochina. No final dos anos 1970, a Tailândia se tornou o primeiro país de asilo para refugiados do Camboja, Laos e Vietnã, onde dezenas de milhares de cambojanos fugiram durante e após o brutal regime do Khmer Vermelho.

Em meio a um ciclo de repressão e violência que atingiu a América Central na década de 1980, mais de 300 mil pessoas receberam assistência através do ACNUR.

O êxodo de mais de 6 milhões de afegãos começou em 1979. As pessoas fugiram para locais como a Aldeia de Refugiados de Ghazi, no Paquistão, organizado pelo ACNUR. (ACNUR 2023)

Quase 1,5 milhão de moçambicanos fugiram da guerra civil para os países vizinhos na década de 1980, recebendo assistência e educação pela ONG. Em 1992, o ACNUR começou a ajudá-los a voltar para casa na maior repatriação de refugiados da história da África. Através do mesmo programa, cerca de 41.000 refugiados da Namíbia voltaram para casa em 1989, depois de mais de 15 anos no exílio.

No final de 1991, cerca de 750.000 somalis estavam abrigados em acampamentos do ACNUR, na região de Hararghe na Etiópia, ressaltando que essa crise permaneceu na Somália até 2010.

Após o colapso da União Soviética em 1991, o conflito eclodiu em várias áreas do antigo império, obrigando centenas de milhares de pessoas a fugir para centro coletivo administrado pelo ACNUR.

Em 1992, o ACNUR esteve presente quando a guerra civil eclodiu no Tadjiquistão, nação da Ásia Central, onde pelo menos 20.000 pessoas foram mortas, meio milhão de pessoas foram deslocadas e 60.000 civis fugiram para o Afeganistão. (ACNUR 2023)

Após anos de exílio e uma operação de repatriação de 13 meses, concluída em 1993, dezenas de milhares de cambojanos começaram uma nova vida com rações alimentares, ferramentas, terras ou uma doação em dinheiro fornecida pelo ACNUR.

Poucos dias depois dos ataques aéreos da OTAN contra posições sérvias em 1999, quase um milhão de civis fugiram ou foram forçados ao exílio de Kosovo.

O final do século XX foi marcado por um êxodo de refugiados de Timor-Leste, quando uma força internacional restaurou a ordem, muitos dos deslocados puderam voltar para casa com a ajuda do ACNUR.

Um posto de concentração do ACNUR perto da cidade de Peshawar, no norte do Paquistão, apoiou os refugiados afegãos na preparação para voltar para casa em 2002.



Um dos programas do ACNUR de reassentamento, foi lançado no final de 2007 no leste do Nepal, onde refugiados originários do Butão acabaram ficando em sete campos, totalizando 40.000 refugiados reassentados até o final de 2010.

A crise na região dos Grandes Lagos da África também envolveu o Burundi, onde 270.000 ruandeses buscaram segurança no campo do ACNUR em Mugano.

Os campos do ACNUR de Hagadera, no distrito de Dadaab no nordeste do Quênia, em 2009 foram considerados os mais lotados do mundo, abrigando quase 300.000, embora construídos para apenas 90.000 refugiados. (ACNUR 2023)

Por outro lado, durante o conflito de Kosovo, o ACNUR foi chamado de uma agência oportunista, por ter realizado um trabalho não confiável sobre abusos dos direitos humanos. Afinal, nos meses que antecederam a campanha de bombardeio da OTAN contra a Iugoslávia, o ACNUR exagerava regularmente o número de pessoas deslocadas internamente pelo conflito de Kosovo e defendia publicamente uma intervenção internacional mais enérgica, levantando dúvidas quanto à imparcialidade da agência. (Suhrke et al. 2000)

Assim que os refugiados chegassem, após os primeiros bombardeios da OTAN, o ACNUR foi rápido em declarar que os deslocados foram vítimas de expulsões deliberadas pelo regime sérvio. Embora a agência não seja vocacionada para tais declarações, foram sem dúvida apreciadas pela OTAN, que procurava justificar o seu recurso ao uso da força. Vale ressaltar, que os membros da OTAN fornecem a maior parte do orçamento do ACNUR. (Barutciski 2002)

Ainda sobre a crise de Kosovo, é possível observar a ânsia do ACNUR em agradar seus doadores ocidentais. Em resposta aos rumores exagerados sobre a destruição de documentos de identidade pertencentes aos refugiados em fuga, o ACNUR poderia ter contestado os relatórios não confiáveis ou as expectativas irrealistas dos governos doadores. No entanto, a agência realmente encorajou essas expectativas com suas próprias declarações, quando o ideal, nessa situação seria providenciar o registro dos refugiados quando eles cruzassem as fronteiras para a Albânia e Macedônia. (House of Commons 1999)

No longo prazo, essa percepção equivocada da ACNUR, ao se envolver com a política, tem efeitos muito mais prejudiciais à proteção dos refugiados do que qualquer argumentação destinada a justificar o oportunismo institucional. Em outras palavras, essa confusão permite que qualquer capitulação à pressão dos doadores seja disfarçada como uma resposta inovadora e flexível. (Barutciski 2002)



## 5 A OIM NA CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA EM RORAIMA

Em abril de 2018, o Secretário-Geral das Nações Unidas instruiu a OIM e o ACNUR a liderar e coordenar a resposta regional à situação dos refugiados e migrantes da Venezuela.

Uma das primeiras ações da OIM foi a coleta de dados, inserida no processo de monitoramento de fluxos provenientes da Venezuela através da fronteira com o estado de Roraima. Fruto disso, em abril de 2019, OIM divulga um relatório que conta com informação sobre os perfis da população venezuelana, níveis de educação, ocupação, saúde e proteção, esse documento auxiliou na elaboração do Plano de Resposta a Refugiados e Migrantes (RMRP) para a promoção de uma migração digna, baseada no respeito aos direitos das pessoas migrantes. (R4V 2019a)

Em setembro do mesmo ano, a OIM realizou as atividades de documentação para regularização migratória e entrega de kits de higiene, durante ação integrada direcionada a indígenas venezuelanos da tribo Warao organizada pela Operação Acolhida (FT Log Hum). (R4V 2019b)

Com o intuito de conscientizar às populações brasileira e venezuelana sobre a prevenção do câncer de mama, a OIM em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Roraima (SESAU - RR), realizou diversas ações durante o mês de outubro. A campanha Outubro Rosa, foram realizadas em Boa Vista e no município fronteiro de Pacaraima. (R4V 2019c)

Já em março de 2020, a caravana de serviços da OIM viajou pelo interior do estado de Roraima com o intuito de levar serviços de pré-regularização migratória e informar a população refugiada e migrante sobre acesso a direitos e serviços em temas como exploração laboral e tráfico de pessoas. A caravana visa facilitar o acesso à regularização migratória para essa população venezuelana que reside em outros municípios do estado. (R4V 2020a)

A OIM e o ACNUR, em junho do mesmo ano, anunciaram a retomada das partidas de reassentamento de refugiados. A suspensão temporária das viagens de reassentamento, necessária devido a interrupções e restrições às viagens aéreas internacionais causadas pela pandemia de COVID-19, atrasou a saída de cerca de 10 mil refugiados para os países de reassentamento. Durante todo esse período, a OIM, o ACNUR e parceiros continuaram processando e aconselhando refugiados e reassentando dezenas de casos emergenciais e urgentes. (R4V 2020b)

Em agosto a OIM em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista, reforçou a equipe médica da rede local com profissionais para atendimento a pacientes na Unidade Básica de Saúde aberta na Área de Proteção e Cuidados. Uma ambulância, custeada pela OIM, também garantiu o transporte dos pacientes entre unidades de saúde, hospitais locais e a APC. (R4V 2020c)

É importante ressaltar que mesmo durante a pandemia, a Operação Acolhida conduziu a Estratégia de Interiorização de refugiados e migrantes venezuelanos sem interrupção. Com o apoio da OIM, de outras agências da ONU e da sociedade civil, as atividades foram realizadas com as precauções necessárias em relação à COVID-19. Por meio dessa estratégia, os venezuelanos que

estavam residindo em Boa Vista e Manaus foram transferidos para outros estados do Brasil. Essa estratégia permite que os venezuelanos presentes na região fronteiriça, e que desejam ficar no país, possam recomeçar suas vidas em outras localidades, aliviando também a ocupação dos abrigos e estruturas no estado de Roraima. A Força Aérea Brasileira é responsável pelo transporte da maioria das pessoas, mas a compra de passagens aéreas em voos comerciais pela OIM permitiu dar mais flexibilidade e ampliar o alcance da estratégia, além de atender casos específicos que às vezes necessitam de atenção especial. (R4V 2020d)

A OIM atua em todas as etapas da interiorização com a Operação Acolhida, auxiliando na verificação da documentação dos beneficiários, na checagem de documentação, nas consultas médicas prévias às viagens, assim como na busca ativa de vagas de emprego nos locais de destino e no traslado terrestre quando necessário para complementar o trecho aéreo, conforme podemos observar na figura 1. Além desse apoio, a Organização fornece 600 passagens aéreas todos os meses para complementar a capacidade da Operação Acolhida. (R4V 2021a)

Figura 1 - Visão geral das rotas migratórias utilizadas em toda a América do Sul.



Fonte: OIM, 2023b.

Em junho de 2021, uma ação conjunta da OIM, ACNUR, UNICEF e ONU/MULHERES sob a coordenação do Ministério da Cidadania, produziu um informativo sobre o auxílio emergencial 2021 em espanhol, voltado a orientação da população refugiada e migrante venezuelana sobre seus direitos. (R4V 2021b)



No final de 2021, a OIM e o ACNUR lançaram um plano regional de US\$1,79 bilhão para apoiar as necessidades crescentes de refugiados e migrantes da Venezuela e suas comunidades acolhedoras em 17 países na América Latina e no Caribe. Nesse período, o número de refugiados e migrantes da Venezuela em todo o mundo estava em seis milhões, sendo que a maior parte se encontra em países da América Latina e do Caribe. (R4V 2021c)

A OIM, em colaboração com a Operação Acolhida e o Ministério da Cidadania, realiza em Boa Vista e em Pacaraima, em junho de 2022, no estado de Roraima, o monitoramento periódico dos espaços habitados pela população venezuelana refugiada e migrante fora de abrigos federais, incluindo praças, vias públicas e edifícios ocupados ou cedidos. Além do perfil geral, são apresentados dados relativos à infraestrutura dos locais de moradia, segurança pública, integração, saúde, alimentação e comunicação com as comunidades para fornecer evidências para uma resposta humanitária baseada em evidências. (R4V 2022)

A estratégia brasileira inovou a realocação voluntária de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas do estado fronteiriço de Roraima para outras cidades brasileiras, beneficiando mais de 100.000 pessoas desde seu início, cinco anos atrás. Isso equivale a quase um quarto dos 425 mil venezuelanos que vivem no Brasil.

Indivíduos e famílias foram realocados de Roraima para mais de 930 cidades brasileiras, onde encontram melhores oportunidades para desenvolver sua qualidade de vida, contribuir para o desenvolvimento local e alcançar autonomia e integração. (R4V 2023a)

Mesmo com o entendimento de suas funções regulamentares, ou seja, a OIM vocacionada à tutela dos migrantes voluntários e o ACNUR dedicada ao deslocamento forçado e o direito dos refugiados e apátridas, percebe-se através dos resultados apresentados que, em diversas situações, as duas organizações trabalham em conjunto. Embora essa colaboração conjunta possa potencializar a ajuda humanitária, em alguns casos, essa parceria não é tão eficaz. (Albuquerque 2021)

## **6 O ACNUR NA CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA EM RORAIMA**

Em 2018, a situação na Venezuela impactou drasticamente o ambiente operacional no Brasil. A crise humanitária levou ao aumento do número de venezuelanos que chegavam ao país e às necessidades de proteção e assistência. Em julho daquele ano, o nível de emergência foi elevado do nível 1 para o nível 2. O estado de Roraima, que recebia cerca de 800 pessoas diariamente, declarou estado de emergência. Em resposta, o ACNUR intensificou suas operações, consolidando sua presença em Boa Vista, Brasília, Manaus, Pacaraima e São Paulo, além de apoiar as autoridades federais e locais. (Silva 2022)

A resposta emergencial federal concentrou-se na recepção e documentação dos recém-chegados, fornecimento de abrigo de emergência para os mais vulneráveis e programa de realocação

interna voluntária para mover venezuelanos de Roraima para outras partes do Brasil. O ACNUR forneceu apoio para registro biométrico e documentação e coordenação das atividades do abrigo. (ACNUR 2018)

Em 2019, o ACNUR apoiou a resposta de emergência do governo e coliderou a plataforma regional de coordenação interinstitucional para refugiados e migrantes da Venezuela (R4V) para enfrentar a crise humanitária causada pelo grande número de chegadas. A operação também continuou suas atividades em busca de proteção e soluções para pessoas de interesse do ACNUR de outras nacionalidades. (Silva 2022)

Muitas pessoas de interesse do ACNUR tiveram oportunidades de subsistência limitadas e passaram a viver nas ruas. Também foram intensificados os esforços para determinados grupos de pessoa, como crianças desacompanhadas e separadas, vítimas de tráfico humano, pessoas LGBTQIA+ em risco, pessoas com problemas de saúde e idosos. O aumento da chegada de indígenas aos estados do norte exigia respostas culturalmente apropriadas, incluindo arranjos para dormir e informações em idiomas relevantes. Embora muitos venezuelanos tenham se beneficiado do acesso a programas sociais, o acesso a serviços de saúde especializados continuou sendo um desafio. O ambiente favorável de proteção no Brasil permitiu que os venezuelanos fossem reconhecidos como refugiados por meio de um procedimento baseado na Declaração de Cartagena. Vale lembrar, que a fronteira com a República Bolivariana da Venezuela fechou em março de 2020, devido a COVID-19, impedindo o acesso ao território e à documentação. (ACNUR 2019)

Indivíduos que entraram irregularmente eram inelegíveis para solicitar asilo ou regularizar sua situação e, portanto, enfrentavam maiores riscos de deportação, exploração e abuso. Eles também não tinham acesso a serviços essenciais e oportunidades de autossuficiência. Embora inicialmente tenham sido negados o acesso à assistência humanitária fornecida pelo governo, um aumento nas chegadas da República Bolivariana da Venezuela no estado de Roraima no último trimestre de 2020 provocou uma mudança na abordagem, permitindo acesso excepcional a abrigos para pessoas altamente vulneráveis. (Silva 2022)

Apesar desses esforços, os impactos socioeconômicos da pandemia permaneceram significativos, pois a violência de gênero e os problemas de saúde mental dispararam, enquanto a insegurança alimentar generalizada levou ao aumento dos níveis de desnutrição e à crescente miséria, especialmente entre os mais vulneráveis. Menores desacompanhados, famílias com um único chefe, mulheres e meninas em risco de violência e tráfico de gênero, populações indígenas, idosos, pessoas com doenças crônicas e a comunidade LGBTQI+ foram altamente afetados. (ACNUR 2020)

Em 2021, a resposta do ACNUR concentrou-se em apoiar e complementar a resposta humanitária das autoridades federais e locais brasileiras. A resposta dirigiu-se às pessoas em risco acrescido, centrando-se na divulgação de informação e acesso a documentação, direitos e serviços,

reforçando a prestação de assistência, incluindo abrigo temporário, através de redes locais de proteção e prestadores de serviços públicos.

A chegada constante de refugiados, requerentes de asilo e migrantes, sobretudo de nacionalidade venezuelana, manteve-se ao longo do ano, com diferentes dinâmicas impostas pela evolução da pandemia, afinal as fronteiras terrestres permaneceram fechadas entre março de 2020 e junho de 2021. Isso resultou em uma redução no número de entradas legais no Brasil e um aumento significativo no número de pessoas interessadas, recorrendo a pontos de passagem não autorizados, para obter acesso ao território brasileiro. Ressalto que, devido à pandemia, o programa de reassentamento do governo também foi suspenso sem novas chegadas ao Brasil.

O ACNUR também continuou a apoiar a estratégia de realocação interna voluntária, conhecida como "interiorização", que permaneceu como um dos principais pilares da Operação Acolhida. Novas pesquisas indicaram que o nível de desemprego de pessoas realocadas foi reduzida de 30% para 18% em comparação com pessoas de risco que permaneceram em abrigos em Roraima, confirmando que a estratégia de realocação da Operação Acolhida, ofereceu oportunidades socioeconômicas significativas para indivíduos se integrarem em todo o território brasileiro. (Silva 2022)

A pandemia da COVID-19 exacerbou as vulnerabilidades existentes causadas pela ingestão inadequada de alimentos e níveis nutricionais, condições de habitação e acesso limitado a cuidados de saúde, educação e emprego. Particularmente, as populações indígenas continuaram a enfrentar desafios adicionais para acessar meios de subsistência e serviços dignos. O número de pessoas preocupadas que perderam seus rendimentos e corriam o risco de despejo aumentou e houve a necessidade de o ACNUR ampliar seu programa de assistência em dinheiro.

Nesse sentido, o ACNUR trabalhou em estreita colaboração com seus parceiros para fornecer informações oportunas sobre o Auxílio Emergencial do Governo relacionado ao COVID-19, bem como avaliar os casos mais vulneráveis e apoiar com assistência em dinheiro aqueles que ainda aguardavam o subsídio do governo ou que não dava para cobrir as necessidades da família com o valor recebido. Segundo fontes oficiais, mais de 54.000 refugiados, requerentes de asilo e migrantes acessaram o programa de assistência social do governo até o final de 2021, enquanto o ACNUR conseguiu alcançar mais de 7.700 indivíduos vulneráveis por meio de assistência em dinheiro. (ACNUR 2021)

Espera-se que movimentos populacionais significativos para o Brasil continuem a ocorrer, especialmente da Venezuela, uma vez que as causas do deslocamento permanecem inalteradas e a situação se transforma em uma crise prolongada. Porém riscos específicos de proteção, como violência baseada em gênero (GBV), exploração laboral e tráfico de pessoas, provavelmente aumentarão à medida que a população se torna mais vulnerável e carente, além de as políticas de proteção de

refugiados podem ser ofuscadas por considerações políticas e novas políticas restritivas de migração, especialmente quando o país se aproxima das eleições nacionais. (Silva 2022)

O compromisso do governo com a resposta humanitária segue em andamento. Fortes parcerias e uma abordagem multissetorial envolvendo autoridades federais, estaduais e municipais em locais-chave, bem como com instituições nacionais de direitos humanos, sociedade civil, academia, setor privado e atores de desenvolvimento continuará a oferecer oportunidades para preservar um ambiente de proteção favorável. (ACNUR 2022)

Com o objetivo de fornecer informações atualizadas e relevantes, a R4V criou uma lista de contatos e lideranças que interagem por meio da Plataforma R4V Brasil. Para ilustrar a variedade de atuação das organizações internacionais estudadas (Quadro 1), retrata uma lista de contato de liderança, onde mostra um símbolo, um setor de responsabilidade, a organização líder do setor correspondente e o contato dos responsáveis.

Quadro 1: Lista de contatos e lideranças R4V Brasil

Lista de Contatos Lideranças R4V Brasil			
	Abrigamento Distribuição Alimentar	ACNUR DIM AVSI	Pedro Brandão - <a href="mailto:brandao@unhcr.org">brandao@unhcr.org</a> Elene Baelker - <a href="mailto:ebaelker@iom.int">ebaelker@iom.int</a> Ana França - <a href="mailto:ana.franca@avsi.org.br">ana.franca@avsi.org.br</a>
	Educação	UNICEF UNESCO	Cynthia Ramos - <a href="mailto:cyramos@unicef.org">cyramos@unicef.org</a> Mariana Alcalay - <a href="mailto:m.alcalay@unesco.org">m.alcalay@unesco.org</a>
	Proteção	ACNUR SJMR	Heloisa Mira - <a href="mailto:mira@unhcr.org">mira@unhcr.org</a> Luyandria Maia - <a href="mailto:luyandria.maia@simbrasil.org">luyandria.maia@simbrasil.org</a>
	Proteção à Criança	UNICEF Aldes Infantis	Ana Carolina Costa - <a href="mailto:accosta@unicef.org">accosta@unicef.org</a> Sergio Marques - <a href="mailto:sergio.marques@aldeasinfantis.org.br">sergio.marques@aldeasinfantis.org.br</a>
	Violência Baseada no Gênero	ACNUR UNFPA	Eliana Moreno - <a href="mailto:morenoas@unhcr.org">morenoas@unhcr.org</a> Patrícia Melo - <a href="mailto:pamelom@unfpa.org">pamelom@unfpa.org</a>
	Tráfico de Pessoas	OM UNODC	Natália Maciel - <a href="mailto:nmaciel@iom.int">nmaciel@iom.int</a> Sávia Souza - <a href="mailto:savia.souza@un.org">savia.souza@un.org</a>
	Saúde	OPAS/OMS UNFPA	Marcus Duito - <a href="mailto:quillomar@paho.org">quillomar@paho.org</a> Caio Oliveira - <a href="mailto:caoliveira@unfpa.org">caoliveira@unfpa.org</a>
	Integração Interiorização Transporte Humanitário	ACNUR OM Visão Mundial	Paulo Sérgio Almeida - <a href="mailto:almeidap@unhcr.org">almeidap@unhcr.org</a> Michelle Barron - <a href="mailto:mbarron@iom.int">mbarron@iom.int</a> Angela Mota - <a href="mailto:angela.mota@vvi.org">angela.mota@vvi.org</a>
	Nutrição	UNICEF	Gerson Filho - <a href="mailto:gdcosta@unicef.org">gdcosta@unicef.org</a>
	WASH	UNICEF ADRA	Rodrigo Resende / Gabriel Maraskis - <a href="mailto:rdesousa@unicef.org">rdesousa@unicef.org</a> e <a href="mailto:gmaraskis@unicef.org">gmaraskis@unicef.org</a> Isabella França - <a href="mailto:isabella.franca@adra.org.br">isabella.franca@adra.org.br</a>
	CVA	ACNUR OM	Cecilia Alvarado - <a href="mailto:alvaradc@unhcr.org">alvaradc@unhcr.org</a> Guilherme Dtero - <a href="mailto:guotero@unhcr.org">guotero@unhcr.org</a>
	Indígenas	ACNUR OM	Vanusa Nunes - <a href="mailto:nunesper@unhcr.org">nunesper@unhcr.org</a> Jennifer Alvarez - <a href="mailto:jealvarez@iom.int">jealvarez@iom.int</a>
	CwC	ACNUR UNICEF OM	Eliana Moreno - <a href="mailto:morenoas@unhcr.org">morenoas@unhcr.org</a> Marco Prates - <a href="mailto:mamorprates@unicef.org">mamorprates@unicef.org</a> Tehany Barros - <a href="mailto:tebarros@iom.int">tebarros@iom.int</a>
	Grupo de Apoio Comunicações	ACNUR OM	Vanessa Beltrame - <a href="mailto:beltrame@unhcr.org">beltrame@unhcr.org</a> Juliana Hack - <a href="mailto:jhack@iom.int">jhack@iom.int</a>
	Gestão da Informação	ACNUR OM	Marketa Jerabek - <a href="mailto:jerabek@unhcr.org">jerabek@unhcr.org</a> Cynthia Barros - <a href="mailto:cbarros@iom.int">cbarros@iom.int</a>
	Coordenação	ACNUR OM	Paola Bolognesi - <a href="mailto:bolognesi@unhcr.org">bolognesi@unhcr.org</a> e Pedro Brandão - <a href="mailto:brandao@unhcr.org">brandao@unhcr.org</a> Socorro Tabosa - <a href="mailto:stabosa@iom.int">stabosa@iom.int</a> e Ana Gama - <a href="mailto:agama@iom.int">agama@iom.int</a>

Fonte: R4V (2023b)



Observa-se, que nos 16 setores de ajuda humanitária ao povo venezuelano, a liderança conjunta da OIM e do ACNUR estão presente em 8 setores.

Essa grande quantidade de trabalho conjunto é fruto da busca pelo protagonismo, necessário para manter os seus doadores e conquistar mais. Porém, essa disputa gera sucessivos embates entre o ACNUR e a OIM, havendo conflitos de interesse ao desenvolver projetos específicos de resposta. Nessa condição, o cenário encontrado é de desgaste perante o planejamento operacional na coordenação, resultando no dilema recorrente em relação aos projetos executados, havendo choque quanto às finalidades, na procura por países doadores que possam finalizar suas ações institucionais. (Albuquerque 2021).

## 7 CONCLUSÃO

Este artigo buscou conhecer, de forma crítica, o trabalho de duas agências internacionais, destaques na ajuda humanitária mundial. Analisando, assim, como a OIM e o ACNUR exercem suas funções no escopo da Operação Acolhida. Deste modo, esta pesquisa buscou apresentar os objetivos dessas agências internacionais, abordando as suas atuações pelo mundo desde a sua origem, até os dias atuais.

Dito isto, seguindo o alicerce teórico das Organizações Internacionais, da Organização Internacional para Migrações e do Alto Comissariado da Nações Unidas para as Refugiados, consolidado através de suas respectivas histórias, cronologicamente apresentadas, contribuiu significativamente para a compreensão das responsabilidades e do *modus operandi* de cada agência diante da crise migratória venezuelana.

Com base nessa compreensão, é possível perceber que as agências, apesar de terem mandatos e objetivos distintos, pois uma busca promover uma gestão ordenada e humana da migração, enquanto a outra visa proteger os direitos e o bem-estar dos refugiados, frequentemente trabalham em conjunto, complementando o trabalho uma da outra, às vezes competindo por atenção e doações.

A cooperação entre agências nacionais e internacionais, civis e militares, é fundamental para o sucesso de operações humanitárias, como a Operação Acolhida. A presença da OIM e do ACNUR no estado de Roraima tem sido de grande importância para atender às necessidades dos requerentes de asilo venezuelanos que chegam ao país. Essas organizações têm utilizado seus recursos para melhorar a preparação e fortalecer a capacidade de resposta a essa nova situação.

Assim sendo, essa percepção, aliada à interpretação da Quadro 1, que mostra que em 50% dos setores de ajuda humanitária há uma cooperação entre a OIM e o ACNUR em prol do povo venezuelano, reforça-se a ideia de que o trabalho conjunto dessas agências pode potencializar os resultados de suas ações.



Assim, é evidente que as organizações estudadas têm um papel complexo e crucial na proteção dos direitos dos refugiados e migrantes. Todavia, a dependência dos doadores e o envolvimento em conflitos políticos podem levar a uma percepção equivocada da sua missão e prejudicar a proteção dos mais vulneráveis. Aliado a isso, a competição por recursos pode colocar ambas as agências em disputa por atenção e foco em suas ações, em detrimento das ações de outras agências.

É fundamental que a imparcialidade e o foco na proteção dos direitos dos migrantes e refugiados sejam mantidos em primeiro plano, evitando pressões externas que possam interferir no cumprimento de suas funções regulamentares. Nesse sentido, a colaboração entre a OIM e o ACNUR deve ser cuidadosamente avaliada, a fim de garantir sua eficácia na prestação de assistência humanitária.

Este estudo desperta o interesse em aprofundar a investigação dos conflitos de interesse entre as organizações envolvidas e, com base em suas respectivas vocações, propor estratégias que permitam aproveitar o máximo potencial de cada organização, minimizando os atritos e sem comprometer a captação e retenção de doadores. Ademais, é interessante destacar qual o papel do Governo Federal em mediar essa competição e busca por recursos.

Para alcançar este objetivo, outras técnicas de coleta de dados, como entrevistas ou questionários com os agentes operacionais de ambas as organizações que trabalham em conjunto, devem ser empregadas.



## REFERÊNCIAS

- ACNUR. 2018. “Year-End Report 2018.” Overview. April 17, 2018. <https://reporting.unhcr.org/brazil?year=2018>.
- . 2019. “Year-End Report 2019.” Overview. April 17, 2019. <https://reporting.unhcr.org/brazil?year=2019>.
- . 2020. “Year-End Report 2020.” Overview. April 19, 2020. <https://reporting.unhcr.org/brazil?year=2020>.
- . 2021. “Year-End Report 2021.” Overview. April 19, 2021. <https://reporting.unhcr.org/brazil?year=2021>.
- . 2022. “Year-End Report 2022.” Overview. April 19, 2022. <https://reporting.unhcr.org/brazil?year=2022>.
- . 2023. “History of United Nation High Commissioner for Refugees.” United Nation High Commissioner for Refugees. April 18, 2023. <https://www.unhcr.org/about-unhcr/who-we-are/history-unhcr>.
- Albuquerque, Élysson. 2021. “Intervenção Humanitária No Contexto Migratório Venezuelano: Ações Do ACNUR e Da OIM No Estado de Roraima.” Boa Vista: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA.
- Barth, Volker. 2012. “International Organisations and Congresses.” <http://www.ieg-ego.eu/barthv-2011>.
- Barutciski, Michael. 2002. “A Critical View on UNHCR’s Mandate Dilemmas.”
- Macedo, Jorge Braga, and Luis Brites Pereira. 2007. “Diferencialidade Portuguesa Na Globalização.” Lisboa. <https://www.researchgate.net/publication/329913052>.
- Cruz, Gustavo Lopes. 2020. “Um Estudo Sobre a Operação Acolhida.” Rio de Janeiro.
- Georgi, Fabian, and Susanne Schatral. 2011. “Towards a Critical Theory of Migration Control: The Case of the International Organization for Migration (IOM).” <http://www.imi-online.de/download/frontex2009->.
- Herz, Mônica, and Andrea Ribeiro Hoffman. 2004. *Organizações Internacionais: História e Práticas*. Vol. 10.
- House of Commons. 1999. “Kosovo: The Humanitarian Crisis.” Select Committee on International Development. May 15, 1999. <https://publications.parliament.uk/pa/cm199899/cmselect/cmintdev/422/42202.htm>.
- ICVA. 2004. “Boletim -Talk Back.” Versoix. <https://www.icvanetwork.org/uploads/2021/11/Talk-Back-vol-6-issue-1-4-Oct-2004.pdf>.
- IML/LAD. 2007. “Protection of Persons Involved in Migration: Note on IOM’s Role.” Genebra. <https://www.unhcr.org/media/29503>.



IOM. 2023. “History of the International Organization for Migration.” International Organization for Migration. April 17, 2023. <https://www.iom.int/iom-history>.

Mattos, Orlando, Sparta De Souza, Roger Regufe, and Gonçalves Lopes. 2021. “A Operação Acolhida a Resposta Do Estado Brasileiro Diante Da Crise Humanitária Venezuelana e Suas Consequências Para a Defesa Nacional.” *A Defesa Nacional*, January 24, 2021.

Mazzuoli, Valério. Curso de Direito Internacional Público. 14. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021

R4V. 2019a. “Monitoramento de Fluxo Da População Venezuelana - Abril.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). April 1, 2019. <https://www.r4v.info/pt/document/monitoramento-de-fluxo-da-populacao-venezuelana-abril>.

———. 2019b. “OIM Entrega Kits de Higiene e Participa de Ação Integrada de Documentação Para Indígenas Venezuelanos Warao Em Manaus.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). September 30, 2019. <https://www.r4v.info/pt/news/oim-entrega-kits-de-higiene-e-participa-de-acao-integrada-de-documentacao-para-indigenas>.

———. 2019c. “Outubro Rosa: OIM e Secretaria de Saúde de Roraima Realizam Ações Para Brasileiras e Venezuelanas.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). November 5, 2019. <https://www.r4v.info/pt/news/outubro-rosa-oim-e-secretaria-de-saude-de-roraima-realizam-acoes-para-brasileiras-e>.

———. 2020a. “Caravana de Serviços Beneficia Mais de 500 Venezuelanos Em Dezembro.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). March 5, 2020. <https://www.r4v.info/pt/news/caravana-de-servicos-beneficia-mais-de-500-venezuelanos-em-dezembro>.

———. 2020b. “OIM e ACNUR Anunciam Retomada Das Viagens de Reassentamento Para Refugiados.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). June 19, 2020. <https://www.r4v.info/pt/news/oim-e-acnur-anunciam-retomada-das-viagens-de-reassentamento-para-refugiados>.

———. 2020c. “OIM Reforça Atuação Na Área de Proteção e Cuidados Em Roraima Com Equipe Médica e Ambulância.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). August 12, 2020. <https://www.r4v.info/pt/news/oim-reforca-atuacao-na-area-de-protecao-e-cuidados-em-roraima-com-equipe-medica-e-ambulancia>.

———. 2020d. “Com Compra de Passagens Em Voos Comerciais, OIM Reforça a Estratégia de Interiorização Do Governo Brasileiro.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). September 14, 2020. <https://www.r4v.info/pt/news/com-compra-de-passagens-em-voos-comerciais-oim-reforca-estrategia-de-interiorizacao-do-governo>.

———. 2021a. “Em Apoio Direto à Operação Acolhida, OIM Chega a 10 Mil Passagens Fornecidas Para Interiorização de Venezuelanos.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). February 25, 2021. <https://www.r4v.info/pt/news/em-apoio-direto-operacao-acolhida-oim-chega-10-mil-passagens-fornecidas-para-interiorizacao-de>.

———. 2021b. “Auxílio Emergencial 2021.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). June 22, 2021. <https://www.r4v.info/pt/document/informativo-auxilio-emergencial-2021-espanhol>.



———. 2021c. “Guia de Deslocamento Voluntário de Refugiados e Migrantes 2021.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). September 23, 2021.

———. 2022. “Informe de População Refugiada e Migrante Fora de Abrigos Em Pacaraima - Jun/2022.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). July 29, 2022. <https://www.r4v.info/pt/news/ministerio-da-cidadania-acnur-e-oim-lancam-painel-sobre-integracao-e-interiorizacao-de>.

———. 2023a. “Após 5 Anos, Estratégia de Interiorização No Brasil Beneficia Mais de 100 Mil Venezuelanos.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). April 4, 2023. <https://www.r4v.info/pt/news/apos-5-anos-estrategia-de-interiorizacao-no-brasil-beneficia-mais-de-100-mil-venezuelanos>.

———. 2023b. “Lista de Contatos - Lideranças Setoriais.” Plataforma de Coordenação Interagência Para Refugiados e Migrantes (R4V). April 14, 2023. <https://www.r4v.info/pt/document/lista-de-contatos-liderancas-setoriais-0>.

Reinalda, and Bob. 2013. “Routledge Handbook of International Organization: From 1815 to the Present Day.”

Sanjurjo, Liliana. 2023. *Governança e Capacidade Institucional Do Brasil Na Resposta à Migração Venezuelana (2016-2022)*. Edited by Guilherme Mansur Dias. Brasília: ENAP.

Seitenfus, Ricardo. 2012. *Manual Das Organizações Internacionais*. Livraria do Advogado. Vol. 5. ed. Porto Alegre RS.

Silva, João. 2022. “O ACNUR Antes e Depois Da Operação Acolhida: Uma Análise Luz Da Resposta Humanitária.” Brasília. [www.acnur.org/portugues/](http://www.acnur.org/portugues/).

Suhrke, Astri, Michael Barutciski, Peta Sandison, and Rick Garlock. 2000. “The Kosovo Refugee Crisis: An Independent Evaluation of UNHCR’s Emergency Preparedness and Response.” <https://www.unhcr.org/media/kosovo-refugee-crisis-independent-evaluation-unhcrs-emergency-preparedness-and-response>.